

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|----------------------------|------------|-----------|
| Revolução passiva e meios de comunicação: uma análise gramsciana das manifestações no Brasil em 2013 | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Carlos Eduardo Rebuá | Universidade do Grande Rio | UNIGRANRIO | Professor |
| RESUMO (ATÉ 20 LINHAS) | | | |
| <p>Neste trabalho, de matriz gramsciana, os esforços teóricos se concentram fundamentalmente nos conceitos de revolução passiva – central na escrita dos Cadernos – transformismo e opinião pública. Nosso objetivo é analisar as recentes manifestações ocorridas em todo o país, tendo como lastro histórico os processos de “revolução-restauração” ocorridos no Brasil desde a Independência. O longo recorte temporal não inviabiliza a análise do presente, mas pelo contrário, lastreia nosso balanço histórico do desenvolvimento do Estado brasileiro – a partir da concepção de Estado ampliado de Gramsci – nos permitindo diagnosticar com mais acuidade os processos político-sociais hodiernos, sendo a questão do consenso central nesta análise.</p> <p>A partir da concepção gramsciana dos aparelhos privados de hegemonia e da opinião pública como ponto de tangência entre a sociedade civil e a sociedade política, enfatizaremos o papel estratégico dos meios de comunicação na orquestração dos consensos e na construção de sentidos/leituras hegemônicas da realidade, sintonizadas diretamente com os interesses do <i>establishment</i> burguês. O corpus do trabalho compreende a obra de Gramsci e, sobretudo, os escritos de Carlos Nelson Coutinho, que analisou de maneira pormenorizada os conceitos aqui apontados, bem como de Alvaro Bianchi, Guido Liguori e outros importantes autores gramscianos.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS) | | | |
| Manifestações - Revolução Passiva – Opinião Pública - Meios de Comunicação | | | |
| ABSTRACT | | | |
| <p>In this paper, based on the theory of Gramsci, the theoretical efforts aimed primarily on the concepts of passive revolution - central in the writing of <i>Quaderni</i> - transformismo and public opinion. Our goal is to analyze the recent demonstrations across the country, based on historical processes 'revolution-restoration' occurred in Brazil since independence. The long time frame does not invalidate the analysis of the present, but rather sustains our historical account of the development of the Brazilian state - from the conception of the state expanded Gramsci - allowing us to diagnose more precisely the current political and social processes, and the central question of consensus in this analysis.</p> <p>From the Gramscian concept of hegemony appliances private and public opinion as a point of tangency between civil society and political, we emphasize the strategic role of the media in the orchestration of consensus and the construction of meaning / hegemonic readings of reality directly attuned to the interests of the bourgeoisie establishment. The corpus of work includes the work of Gramsci and especially the writings of Carlos Nelson Coutinho, who analyzed in detail the concepts highlighted here, as well as Alvaro Bianchi, Guido Liguori, and others important gramscian authors.</p> | | | |
| KEYWORDS | | | |
| Manifestations - Passive Revolution - Public Opinion – Media | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| Marx pensador da cultura | | | |

REVOLUÇÃO PASSIVA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA DAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL EM 2013

Carlos Eduardo Rebuá¹

Resumo

Neste trabalho, de matriz gramsciana, os esforços teóricos se concentram fundamentalmente nos conceitos de revolução passiva – central na escrita dos Cadernos – transformismo e opinião pública. Nosso objetivo é analisar as recentes manifestações ocorridas em todo o país, tendo como lastro histórico os processos de “revolução-restauração” ocorridos no Brasil desde a Independência. O longo recorte temporal não inviabiliza a análise do presente, mas pelo contrário, lastreia nosso balanço histórico do desenvolvimento do Estado brasileiro – a partir da concepção de Estado ampliado de Gramsci – nos permitindo diagnosticar com mais acuidade os processos político-sociais hodiernos, sendo a questão do consenso central nesta análise.

A partir da concepção gramsciana dos aparelhos privados de hegemonia e da opinião pública como ponto de tangência entre a sociedade civil e a sociedade política, enfatizaremos o papel estratégico dos meios de comunicação na orquestração dos consensos e na construção de sentidos/leituras hegemônicas da realidade, sintonizadas diretamente com os interesses do *establishment* burguês. O corpus do trabalho compreende a obra de Gramsci e, sobretudo, os escritos de Carlos Nelson Coutinho, que analisou de maneira pormenorizada os conceitos aqui apontados, bem como de Alvaro Bianchi, Guido Liguori e outros importantes autores gramscianos.

Palavras-Chave: Manifestações - Revolução Passiva – Opinião Pública - Meios de Comunicação

Abstract

In this paper, based on the theory of Gramsci, the theoretical efforts aimed primarily on the concepts of passive revolution - central in the writing of *Quaderni* - transformismo and public opinion. Our goal is to analyze the recent demonstrations across the country, based on historical processes 'revolution-restoration' occurred in Brazil since independence. The long time frame does not invalidate the analysis of the present, but rather sustains our historical account of the development of the Brazilian state - from the conception of the state expanded Gramsci - allowing us to diagnose more precisely the current political and social processes, and the central question of consensus in this analysis.

From the Gramscian concept of hegemony appliances private and public opinion as a point of tangency between civil society and political, we emphasize the strategic role of the media in the orchestration of consensus and the construction of meaning / hegemonic readings of reality directly attuned to the interests of the bourgeoisie establishment. The corpus of work includes the work of Gramsci and especially the writings of Carlos Nelson Coutinho, who analyzed in detail the concepts highlighted here, as well as Alvaro Bianchi, Guido Liguori, and others important gramscian authors.

Keywords: Manifestations - Passive Revolution - Public Opinion – Media

¹ Professor de História e historiador formado pela UFF. Doutorando em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (PPGE/UFF). Mestre em Educação pela UERJ (ProPEd). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação da Universidade Federal Fluminense (NUFIPE).

Manifestações, direitos e reação dos “de cima”: pra início de conversa

Se os tubarões fossem homens (...) para que os peixinhos não ficassem melancólicos haveria grandes festas aquáticas de vez em quando, pois os peixinhos alegres têm melhor sabor do que os tristes. Naturalmente haveria também escolas nas gaiolas. Nessas escolas os peixinhos aprenderiam como nadar alegremente em direção à goela dos tubarões (...) O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura. Os peixinhos saberiam que este futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam rejeitar toda tendência baixa, materialista, egoísta e marxista, e denunciar imediatamente aos tubarões aqueles que apresentassem tais tendências.

(*Se os tubarões fossem homens*, Bertolt Brecht)

Eu sei, cansa
Quem morre ao fim do mês
Nossa grana ou nossa esperança?

(*Levanta e anda*, Emicida)

As manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013 – intituladas *Jornadas de Junho* pelas distintas forças de esquerda do país – deixaram a Academia, a mídia, os intelectuais, a população “bestializados”, como na famosa assertiva do jornalista republicano e abolicionista, Aristides Lobo, quando da Proclamação da República. Para usar outra expressão conhecida da política nacional dos nossos dias, “*nunca antes na História deste país*” havíamos visto o povo tomar as ruas em números astronômicos, que cresciam como numa progressão geométrica em questão de dias, sobretudo tendo como pauta os direitos sociais (transporte público, saúde, educação, etc.), aqueles mesmos que Carlos Nelson Coutinho, no paradigmático e polêmico texto intitulado *Notas sobre Cidadania e Modernidade* (2005), chama de “*os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade*” (p. 13).

Historicamente, os direitos sociais no Brasil sempre foram encarados pelo povo como concessão por parte das elites, como comprovam o coronelismo do século XIX, o trabalhismo varguista do início do XX e até as recentes políticas das “bolsas” (escola, família, ...), iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso e mantidas/aperfeiçoadas nos governos de Lula da Silva e Dilma Roussef. Ao invés de resultados de uma outorga, os direitos sociais, quando conquistados, são o fruto de profundos embates, materiais e simbólicos, entre os grupos dominantes e os estratos sociais inferiores. Mais uma vez Coutinho, ainda no texto citado, nos ajuda a pensar a questão:

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (p. 2).

Em nosso entendimento, qualquer análise sobre a “*Primavera Brasileira*” – das mais aligeiradas às mais ponderadas – não pode perder de vista este dado: a luta por direitos sociais atinge diretamente a sempre “incompleta” - gramscianamente falando -hegemonia² dos grupos dominantes, colocando em “risco” seu domínio e sua direção sobre o conjunto da sociedade. O mote “*não é apenas por 20 centavos*”, tão popularizado nestes meses de lutas e mobilizações, indica como a reivindicação dos direitos sociais, ainda que mínima (um transporte público melhor e mais barato, estopim da rebeldia), é capaz de assumir um caráter de radicalidade importante (independente do “nível de consciência” daqueles que os reivindicam), uma vez que “tocaram” naqueles direitos que, conforme afirma Coutinho, dizem respeito à riqueza, concreta e simbólica.

(...) um mal-estar mais profundo foi ganhando força com a superfície. É o mesmo com os protestos que eclodiram no Brasil em meados de junho: foram sim desencadeados por um pequeno aumento no preço do transporte público, mas então porque continuaram mesmo após essa medida ter sido revogada? (ZIZEK, 2013, p. 102)

Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas do mês de junho de 2013 mostrou que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). (...) Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade (BRAGA, 2013, p. 82).

As vozes que vieram e que ainda vêm das ruas apontam - de maneira difusa, plural, complexa, em “tom” ora mais alto, ora mais baixo - que a luta de classes no país ganha novos contornos, com o posicionamento mais contundente (leia-se: menor passividade) de amplos setores da população, em relação às péssimas condições de vida nas grandes cidades, cada vez “menores” para a maioria das pessoas tratadas como minoria.

² Para Gramsci, a hegemonia corresponde à liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as demais, pressupondo a capacidade de um bloco histórico (aliança de classes e frações de classes, duradoura e ampla) dirigir moral e culturalmente, de forma sustentada, toda a sociedade (MORAES, 2009, p. 35). Gramsci amplia a teoria leninista do Estado, defendendo que a hegemonia não se reduz à força econômica e militar, mas resulta de uma batalha constante pela conquista do consenso no conjunto da sociedade (grupos subalternos e potenciais aliados).

A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre “catracços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop (ROLNIK, 2013, p. 9).

Contudo, se há um ineditismo no “tamanho” dos movimentos que incendiaram o país em junho deste ano, não há *nada de novo no front* no que se refere à reação das elites do país, diante de um desequilíbrio na correlação de forças existentes na sociedade. Esta é a preocupação principal deste artigo: analisar, a partir de categorias gramscianas, os esforços ideológico-materiais do atual bloco hegemônico de poder – o mais robusto forjado até hoje no país (congregando, como numa orquestra, os capitais mineral, industrial, financeiro, o *agribusiness*, etc.) – no sentido de preservar sua hegemonia, alterando a “superfície” das coisas e, em alguns casos, cedendo alguns anéis para não se perder dedos, estratégia histórica das elites brasileiras, “mestras” na arte de transformar pelo alto, mudando para se manter o mais do mesmo. Os conceitos gramscianos de revolução passiva (principalmente), sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia, transformismo e opinião pública, representam nosso lastro fundamental nesta empreitada.

Dois séculos e um conceito: a radiografia do Brasil pela Revolução Passiva

Poucas categorias analíticas têm a potência e o alcance que o conceito de revolução passiva - consagrado, porém não criado por Gramsci - possui. O intelectual sardo se notabilizou, dentro e fora do marxismo, por ter ampliado significativamente conceitos importantes e polissêmicos, como Estado, intelectual, partido, e revolução passiva, este presente em três autores estudados por Gramsci: Vincenzo Cuoco, Edgar Quinet e Lênin.

“Revolução passiva” (Cuoco), “revolução-restauração” (Quinet) e “via prussiana” (Lênin) representam as referências fundamentais de Gramsci na elaboração de seu conceito próprio de “revolução pelo alto”, que nos *Cadernos* aparece também como “revolução sem revolução”. Gramsci e seu historicismo radical encontrará nesta categoria uma poderosa ferramenta analítica para tratar de distintos processos históricos na/da Europa, com destaque para a França (Revolução de 1789) e a Itália (*Risorgimento*).

A literatura sobre Gramsci é hoje unânime em reconhecer que a noção de “revolução passiva”, ou “revolução-restauração”, ocupa um posto de destaque nas reflexões contidas nos *Cadernos*. Essa noção é um instrumento-chave de que Gramsci se serve para compreender não apenas a formação do Estado burguês moderno na Itália (os episódios do *Risorgimento*, que culminaram na unidade nacional italiana), mas também para definir traços essenciais da passagem do

capitalismo italiano para sua fase monopolista, ao apontar também o fascismo como forma de “revolução passiva” (COUTINHO, 2007, pp. 197-198).

Coutinho nos ajuda na compreensão deste conceito em Gramsci, indicando algumas características importantes: a revolução passiva representa um processo de “cima para baixo”, conduzido pelos setores dominantes e que compreende dois momentos: a restauração (reação às investidas dos “de baixo”) e a renovação (assimilação das demandas populares com o fim de manter a hegemonia dos grupos dirigentes). Estas “restaurações progressistas” representam reações das elites - num momento de crise de hegemonia³ (crise orgânica) – às ações das classes populares, muitas vezes esporádica⁴ e desorganizada.

Ao ser ameaçado, o *status quo* luta para manter elementos caros à “velha” ordem, que ainda não “morreu”⁵, ao mesmo tempo em que “molecularmente” altera a composição das forças que anteriormente compunham o bloco hegemônico de poder, assimilando demandas dos subalternos (o “novo”) e cooptando elementos oriundos de suas fileiras⁶ e também das dos aliados.

“Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2007a, p. 184).

A partir da fala de Gramsci, fica claro que a revolução passiva não surge da “passividade” dos grupos sociais⁷ (dirigentes e dirigidos), mas ao contrário, indica um acirramento da luta de classes, um momento em que o caráter dinâmico e complexo de toda hegemonia se torna visível, como num tabuleiro de xadrez, onde avanços e recuos são calculados de forma detida e cuidadosa. A famosa expressão “dar os anéis para se preservar os dedos” assume a condição de axioma da revolução passiva, que coaduna mudança e manutenção, novo e velho, moderno e conservador.

Sobre este último par, Coutinho salienta que a revolução passiva parece capaz de “fornecer importantes indicações para a análise dos processos de ‘modernização conservadora’ que caracterizam a história brasileira” (op. cit., p. 195). Ainda sobre a relação revolução passiva e

³ Assim Gramsci aborda o tema da crise de hegemonia, no *Caderno 13*: “O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto”.

⁴ Coutinho fala de “subversivismo esporádico” (2007, p. 199).

⁵ Em 1929, afirmava Gramsci: “O velho morre e o novo não pode nascer” (GRAMSCI, 1975, p. 311).

⁶ Trataremos de forma mais detida, à frente, do “transformismo molecular”.

⁷ Ainda que um de seus efeitos seja o apassivamento dos dominados.

modernidade/modernização, Alvaro Bianchi (2008, p. 257) enfatiza que *“como cânone de interpretação, a revolução passiva era uma chave teórica para a compreensão do advento da modernidade capitalista na maioria dos países da Europa”*.

Analisar a história brasileira a partir do conceito de Revolução Passiva não é novidade: Werneck Vianna (1976), Nogueira (1984) e Coutinho (1990) representam estudos clássicos que empreenderam este esforço teórico. Com estes autores, entendemos que a história brasileira é profundamente marcada por revoluções passivas, por transições “pelo alto”, o que indica que por aqui sempre houve muito subversivismo e muita “vontade de mudança”, ou em outras palavras: o Brasil, ao contrário do que afirmam os discursos dominantes, o senso comum, é um país profundamente marcado por lutas sociais, desde o período Colonial, passando pelo Império e chegando à República. Interessa-nos neste artigo, a partir de Coutinho (2007), o período que vai da Independência até os dias de hoje; um recorte temporal amplo, porém imprescindível para a construção de um panorama histórico-social do Brasil em seu processo de constituição como nação periférica do capitalismo, moderna e ao mesmo tempo arcaica, como afirmaram intelectuais marxistas fundamentais do pensamento social brasileiro, com destaque para Florestan Fernandes e Chico de Oliveira.

Todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular (COUTINHO, 2007, P. 196).

Coutinho é contundente ao afirmar que em “todos” os processos de modernização capitalista no Brasil, a “revolução sem revolução” foi a expressão fundamental da ação dos grupos dirigentes e suas frações, que excluíram as forças populares – assimilando membros oriundos de sua base, bem como de setores dominantes não presentes no bloco hegemônico de poder -, sempre sob a ação do Estado e seus aparelhos repressivos e de intervenção econômica. Aos momentos-chave da história brasileira apontados por Coutinho acrescentamos a dita “redemocratização” de 1985 e a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder federal em 2002.

Para o intelectual gramsciano, ao contrário do que afirmavam os representantes do marxismo-leninismo no Brasil, o país construiu sua modernização capitalista sem ser obrigado a realizar uma revolução democrático-burguesa: a despeito do latifúndio pré-capitalista e da dependência em face do imperialismo, o capitalismo pôde se desenvolver plenamente em terras tupiniquins. Segundo Coutinho,

Por um lado, gradualmente e ‘pelo alto’, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social (*Ibidem*).

Se o Estado⁸ representou e representa o agente fundamental dos processos de revolução passiva no Brasil - assim como no *Risorgimento* italiano, com a diferença de que no Brasil o Estado que protagoniza as revoluções passivas é já um Estado unificado e não um Estado particular, como o Piemonte -, sendo imprescindível na construção/manutenção/legitimação da direção/domínio dos grupos sociais que o hegemonizam, sua ação não se deu sem a absorção de representantes dos setores aliados e também adversários (transformismo), e sem a força da opinião pública, ponto de tangência entre a sociedade civil e a sociedade política.

Estes dois conceitos gramscianos – transformismo e opinião pública -, caros à nossa análise sobre revolução passiva, serão retomados e apresentados mais à frente. Entendemos que sem explicitar minimamente as categorias de sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, fundamentais no pensamento do marxista italiano, comprometemos a compreensão da revolução-restauração, do transformismo (um dos efeitos da revolução passiva) e da opinião pública.

Sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia em Gramsci

Antonio Gramsci entendia a sociedade valendo-se de um esquema triádico, formado por economia – sociedade civil – Estado (sociedade política), com a economia correspondendo à estrutura e sociedade civil/sociedade política representando dois grandes planos superestruturais⁹.

O revolucionário sardo resgatou o conceito de sociedade civil da tradição iluminista e hegeliana dos séculos XVIII e XIX, renovando-o de maneira radical e empreendendo, como afirma Nogueira (2003, p. 221), “*uma operação teórica e política dedicada a interpretar as imponentes transformações que se consolidavam nas sociedades do capitalismo desenvolvido (alterações no padrão produtivo, expansão da classe operária, aumento do associativismo)*”.

Para Gramsci, que diferentemente de Marx vivenciou as profundas mudanças na relação entre economia e política no século XX (LIGUORI, *Ibidem*, pp. 47-48), o Estado, lugar de uma

⁸ A definição de Estado em Poulantzas, que segundo Coutinho (2007, pp. 186-187), retoma suas origens gramscianas em seus últimos escritos (afastando-se do formalismo estruturalista de Althusser), parece bastante pertinente: “*o Estado é a condensação material de uma correlação de força entre classes e frações de classe, no qual sempre se dá a preponderância ou hegemonia de uma classe ou de uma fração de classe* (POULANTZAS, 1980, p. 147).

⁹ Para Gruppi (2003, p. 178) Gramsci representa o maior estudioso marxista das superestruturas, investigando sua importância, complexidade e suas articulações internas, sem, no entanto, “abandonar” o papel determinante da estrutura, numa concepção dialética da relação entre ambas as dimensões. Mas nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura.

hegemonia de classe, não se resume à sociedade política (aparato político-jurídico – o espaço da coerção) apenas, mas compreende também, numa perspectiva de “Estado ampliado” (que se contrapõe à visão de Marx e Engels, que entendiam o Estado como “restrito”) e numa concepção dialética da realidade histórico-social, a sociedade civil (*locus dos aparelhos privados de hegemonia*, como a Igreja, a escola e a mídia – o espaço da hegemonia, do consenso).

De acordo o filósofo marxista a sociedade civil é a arena privilegiada da luta de classes, o terreno sobre o qual se dá a luta pelo poder ideológico (consenso); é o componente essencial da hegemonia (ACANDA, 2006, p. 178) ou nas palavras de Dênis de Moraes, “(...) *o espaço político por excelência, lugar de forte disputa de sentidos*” (2009, p. 38). Dizer que é na sociedade civil onde se garante a hegemonia dos grupos dominantes (e onde se forja, na dinâmica dos embates político-ideológicos, a contra-hegemonia) não significa que neste local não atue a coerção. A sociedade civil, conforme dito anteriormente, é um momento do Estado, logo, as esferas tanto da sociedade política quanto da sociedade civil se interpenetram, sendo a hegemonia o pólo dominante dentro do funcionamento da sociedade civil e a coerção seu pólo secundário (PIOTTE *apud* MOCHCOVITCH, 1992, p. 33).

Gramsci rompe com a perspectiva liberal que entende a sociedade civil e o Estado (sociedade política) como estruturas da realidade social independentes, dicotômicas. Coutinho enfatiza que para Gramsci a sociedade civil, além de um momento do Estado, corresponde também ao mercado, uma vez que compreende as relações sociais engendradas por ele (2006, p. 41). Em Gramsci, a sociedade civil é uma figura do Estado, representando a grande “novidade” política da passagem do século XIX para o XX, modificando a natureza do Estado (que se “ampliava” a partir de então), se articulando dialeticamente nele e com ele (NOGUEIRA, 2003, p. 223).

É importante frisar que para Gramsci, a separação entre sociedade civil e sociedade política não é orgânica, mas metodológica. Além disso, como ressalta Acanda (2006, p. 181), a sociedade civil, como espaço em que se estruturam as relações de poder, não pode ser compreendida apenas como lugar onde se “enraíza” a hegemonia de uma classe, mas também como o local a partir do qual este sistema hegemônico da dominação é questionado/enfrentado.

Em Gramsci, a sociedade civil representa o lugar de criação da hegemonia, de afirmação do senso comum, de formação das concepções de mundo (LIGUORI, 2003, p. 187). Atravessada por conflitos e contrastes, a sociedade civil não é homogênea, assim como os aparelhos privados de hegemonia. Tais aparelhos são as organizações materiais que compõem a sociedade civil moderna, como por exemplo, a escola, a Igreja, os partidos políticos, as associações privadas, os meios de comunicação, a Universidade, os sindicatos, as organizações não governamentais. Estes aparelhos forjam, reproduzem e legitimam interesses de classe, “educando” ideológica e culturalmente as

diversas classes e frações de classe da sociedade civil. São chamados de “privados” porque a adesão a eles é voluntária e para distingui-los da esfera pública do Estado.

Estas instituições desempenham hoje um papel mais central no processo de controle social. É certo que o Estado burguês nunca abdicará do uso da coerção, fundamental para sua hegemonia, mas tem clareza de que ao fazê-lo, sua legitimidade/credibilidade correm sérios riscos. O poder não pode ser explícito, visível – deve ser invisível aos olhos da sociedade. Disseminado através de diferentes espaços, naturaliza-se, tornando-se costume, hábito (EAGLETON, 1997, p. 108).

Com Gramsci, entendemos que os aparelhos privados de hegemonia são os espaços responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (COUTINHO, 2007, p. 127), sendo primordiais para a conquista do poder de Estado nas sociedades complexas do capitalismo recente (p. 135).

Tais aparelhos representam peça-chave dentro da teoria ampliada do Estado de Gramsci. De acordo com Coutinho (2007, p. 129), eles são “*organizações materiais que compõem a sociedade civil*”, são “*organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos*” em relação à sociedade política (cujos organismos sociais ou portadores materiais são os chamados aparelhos repressivos de Estado – o aparato policial-militar e a burocracia executiva).

Denis de Moraes, alicerçado em Coutinho contribui para a análise dos aparelhos privados de hegemonia, afirmando que “*tais aparelhos são os agentes fundamentais da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam sedimentar apoios na sociedade civil*”. Também Álvaro Bianchi salienta o caráter material dos aparelhos privados de hegemonia, afirmando que o embate de hegemonias não compreende apenas o embate entre ideologias, mas também a luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas concepções de mundo, organizando-as e difundindo-as (2008, p. 179).

Os aparelhos privados de hegemonia, gerados pelas lutas de massa, se empenham em conseguir o consenso, condição fundamental para a dominação de classe. Segundo Moraes, tais aparelhos “abrem mão” da coerção, da repressão visível das forças estatais, que ameaçaria a legitimidade de suas pretensões. Para o autor, eles “*atuam em espaços próprios, interessados em explorar as contradições entre as forças que integram o complexo estatal*”.

Ao analisar a hegemonia, sobretudo nos *Cadernos*, Gramsci afirma que a resposta para a direção política que o Estado exerce na sociedade não deve ser buscada na esfera pública (instituições governamentais e oficiais), mas nos vários organismos “privados” que controlam/dirigem a sociedade civil. Na opinião de Coutinho, assim como em Marx não existe valor-de-troca sem valor-de-uso, em Gramsci não há hegemonia (direção político-ideológica) sem os aparelhos privados (2007, p. 129).

As palavras de Acanda apresentam de maneira clara os aparelhos privados de hegemonia, sem perder a perspectiva histórica, ressaltando seu espaço de atuação (a sociedade civil) e explicitando o caráter estratégico destes aparelhos para a hegemonia burguesa:

Ao Estado se integra também o conjunto de instituições vulgarmente chamadas ‘privadas’, agrupadas por Gramsci no conceito de sociedade civil. O desenvolvimento da modernidade capitalista conduziu ao desaparecimento dos limites entre o ‘público’ e o ‘privado’, e à interpenetração entre essas esferas. Famílias, igrejas, escolas, sindicatos, partidos, meios de comunicação de massa e até mesmo o senso comum compartilhado por todos, e que determina aquilo que é aceito como normal, natural e evidente, são elementos de um espaço cuja denominação como sociedade civil não indica seu alheamento em relação às lutas políticas pelo poder, mas um campo específico do aprofundamento da hegemonia de uma classe. Ainda que as instituições repressivas continuem sendo um instrumento imprescindível para a classe dominante, a coerção absoluta nunca foi uma opção viável. No capitalismo, a burguesia se vê obrigada a buscar e a organizar ativamente o consenso – ainda que passivo – dos dominados. E consegue organizá-lo por sua capacidade de disseminar normas políticas, culturais e sociais através das instituições ‘privadas’ da sociedade civil (2006, pp. 179-180, grifo nosso).

Democracia de cooptação e apassivamento: transformismo, orquestração do consenso via opinião pública e o papel da mídia nas Manifestações de 2013

Em recente aula pública ministrada na Escola de Serviço Social da UFRJ, “fora” dos “muros” da sala de aula, o professor e sociólogo Mauro Iasi chamou de “democracia de cooptação” o momento político do país na atualidade. Segundo Iasi, uma de suas características é um certo apassivamento dos movimentos sociais, da movimento sindical, da classe trabalhadora, capturada por um projeto político-social que surge das fileiras da esquerda e que chega a uma forma de governo caracterizado por um pacto social entre capital e trabalho, capitaneado pelo primeiro, com a assimilação de setores importantes do segundo.

Em termos gramscianos, podemos entender democracia de cooptação como transformismo e apassivamento como fragilização da sociedade civil. Em Gramsci, dois dos efeitos mais importantes dos processos de Revolução Passiva são, de acordo com Coutinho (2007, p. 203): (i) o fortalecimento do Estado¹⁰ (sociedade política *strictu sensu*)/enfraquecimento da sociedade civil e (ii) o transformismo.

O transformismo é definido pelo autor dos *Cadernos* como a “*elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla (...), com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos.*” (COUTINHO, 2011, p. 318). Sobre a cooptação dos

¹⁰ Conforme indicamos no início da pág. 7.

adversários, Gramsci afirma que “a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e à sua aniquilação por um período frequentemente muito longo (Ibidem).

No processo de legitimação de sua dominação e de apassivamento dos setores dominados – fragilização da sociedade civil -, as frações dominantes do bloco de poder, seja na Itália ou no Brasil, sempre souberam orquestrar o consenso a seu favor, via órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento. Não à toa, seja na Independência política consagrada em 1822, na abolição da escravidão em 1888, na instauração da República um ano depois, no golpe de 1930 ou no de 1964, bem como na redemocratização de 1985 e na eleição do Partido dos Trabalhadores em 2002 – exemplos contundentes de revoluções pelo alto -, a luta pelo monopólio destes canais “privados” de opinião “pública” sempre representou um movimento imprescindível dos grupos dirigentes, cientes da importância da adesão do “conjunto da sociedade” ao seu projeto societário.

Afirma Gramsci que

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da “opinião pública”: naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 283).

A partir das considerações de Iasi, entendemos que o atual momento político do país, materializado nas *Jornadas de Junho*, mas não iniciado ali (numa análise macro temos a crise econômica internacional dos últimos cinco anos e numa análise local, temos, por exemplo, o número crescente de greves no país desde 2010¹¹, o massacre de Pinheirinho em São Paulo e as lutas contra a usina de Belo Monte [PA] em todo o país), representa um enfrentamento – difuso, não organizado, complexo - a esta democracia de cooptação, que como dissemos no início deste trabalho, “adia” constantemente os direitos sociais e apassiva setores significativos da sociedade civil. Os acordos “pelo alto”, que tem na capitulação do PT¹² ao longo dos anos 1990 (com a “conclusão” do processo nas eleições presidenciais de 2002, que alçou o ex-torneiro mecânico Lula

¹¹ Fonte: http://resistir.info/brasil/jornada_lutas_30jul13.html

¹² De acordo com Secco (2013, pp. 74-75), “a trajetória do PT foi a que mais evidenciou esta ‘evolução’ do protesto social ao transformismo político”.

da Silva ao mundo do *business* e do terno e gravata) sua grande expressão contemporânea, provocaram uma profunda crise de representatividade, sobretudo nos setores jovens da população (médios e proletários), que compõem o *preariado*¹³, ou o proletário precarizado, categoria fundamental criada pelo sociólogo Ruy Braga.

Em junho de 2013 a dinâmica do mundo real deu uma verdadeira aula sobre luta de classes e ideologia: em questão de dias, as vozes plurais, dissonantes e heterogêneas das ruas enfrentaram material e simbolicamente o atual estado de coisas, atordoando o *establishment* burguês e seus porta-vozes midiáticos, bem como os tradicionais partidos de esquerda e movimentos sociais/sindicais, indicando claramente que a passividade dos últimos anos tem diminuído, como afirmamos anteriormente¹⁴. A famosa assertiva de Marx em *Crítica ao Programa de Gotha* (1875) ressurge como um mantra: “*cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas*” (MARX, 2012).

Em uma das várias entrevistas concedidas pelos militantes do MPL (Movimento Passe Livre), um deles disse: “*no jogo político, entrou um agente ‘novo’ que não costuma entrar: O POVO!*”.

Este agente “novo”, ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro, sofreu o controle, a cooptação e a repressão do Estado, capitaneado pelas frações dominantes da burguesia. Para Coutinho (2007, p. 204), o Estado brasileiro assumiu, assim como ocorreu na Itália com o Piemonte, no “lugar” das classes sociais, o protagonismo dos processos de transformação, dirigindo politicamente ele mesmo as classes economicamente dominantes; (ii) em ambos os países, os grupos que dirigem o conjunto da sociedade a partir do Estado, desempenham uma ditadura sem hegemonia, ou na expressão de Florestan Fernandes, uma “contra-revolução prolongada”, onde uma parte das classes dominantes, uma de suas frações, hegemoniza as outras frações dominantes, e não todo o conjunto da sociedade. Diz ele:

Também no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até recentemente, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de

¹³ De acordo com Braga, em artigo publicado no blog da Boitempo, em 03/06/2013, “*O precariado é o proletariado precarizado, ou seja, um grupo formado por trabalhadores que, pelo fato de não possuírem qualificações especiais, entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho. Além disso, devemos acrescentar os trabalhadores jovens à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal, e trabalhadores submetidos ao manejo predatório do trabalho. O precariado é composto por aquele setor da classe trabalhadora pressionado tanto pela intensificação da exploração econômica quanto pela ameaça da exclusão social. Eu retirei do conceito de proletariado precarizado os setores qualificados da classe trabalhadora, os grupos pauperizados e o chamado lumpemproletariado por entender que aquilo que caracteriza a reprodução contraditória das relações de produção capitalistas no Brasil é menos a existência de uma massa de indivíduos rejeitados pelo mercado de trabalho por invalidez, velhice ou que praticam ações ilícitas para sobreviver, e mais a ampliação dessa massa formada por trabalhadores jovens, desqualificados ou semiqualificados, sub-remunerados e inseridos em condições degradantes de trabalho.*” Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/03/a-economia-e-seus-impactos-na-populacao/>

¹⁴ Na página 3.

dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas -, ao qual coube a tarefa de ‘controlar’ e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas (Ibidem).

Neste controle das demandas/pressões sociais, os meios de comunicação exercem papel imprescindível. Segundo Gramsci, em uma de suas contribuições teórico-políticas mais originais, um organismo específico da sociedade civil pode assumir a função de partido político das elites: a mídia. Nos *Cadernos*, defende que a imprensa (principal meio de comunicação à sua época) era a parte mais dinâmica do arcabouço ideológico das elites, do bloco hegemônico (Moraes, 2009, p. 42).

Gramsci dava uma grande importância à imprensa, como um destacado instrumento da sociedade civil, na disputa de ideias, na direção moral e intelectual e na orientação para as disputas concretas existentes na sociedade. Não por acaso, ele era jornalista e dedicou grande parte de sua vida de militante político socialista (antes de ser preso pela ditadura fascista encabeçada por Mussolini) ao jornalismo. A importância que dava à imprensa se comprova quando ele abandona os estudos universitários (de linguística) para exercer esta atividade (ALMEIDA, 2011, p. 125).

Para Gramsci, assim como toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica, toda relação pedagógica tem uma natureza hegemônica. Partindo desta noção, o filósofo e educador gramsciano Antonio Tavares de Jesus, em sua obra *Educação e Hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*, contribui de maneira decisiva para a compreensão desta dialética entre relação pedagógica e hegemonia, uma vez que se esforça na compreensão da teoria gramsciana da Educação em sua totalidade. Para ele,

a partir do momento em que se aceita o conceito de hegemonia como relação, concorda-se com Gramsci que a supremacia de um grupo social se manifesta como dominação e consenso, aceitando-se, portanto, a reciprocidade entre relações hegemônicas e pedagógicas, onde cada elemento, quando dominante, implica o outro como subalterno (Jesus, 1989, p. 60).

Para além do entendimento da hegemonia como uma relação, Gramsci compreendia e deixou claro na grande maioria de seus escritos, que a hegemonia significa direção¹⁵ moral e intelectual e que a passagem de um estado de superstição e folclore para um estado histórico-crítico deveria ocorrer a partir de uma nova cultura, adaptada às exigências da nova classe. Os agentes destas mudanças seriam os intelectuais (enquanto educadores) e o partido (intelectual coletivo).

¹⁵ Segundo Jesus, para Gramsci o que importa ao partido é desempenhar sua “função diretiva e organizativa, isto é, educativa ou intelectual.” (Jesus, 1989, p. 76, grifo do autor). Jesus defende ainda que o partido, ao almejar a conquista da hegemonia, constrói uma ação pedagógica, uma vez que seus militantes “se educam” no processo de luta. (Ibidem, p. 79). Para ele, “unindo a teoria à ação, o partido elabora uma filosofia que educa para uma nova cultura” (Ibidem, p. 80).

Ora, “direção moral e intelectual” e “cultura”, confirmam a natureza pedagógica das relações hegemônicas, pois somente uma ação pedagógica eficiente e integral permite a dominação simbólica (que reforça a dominação material) tanto numa perspectiva hegemônica quanto em uma perspectiva contra-hegemônica. “*Não se podendo pensar em hegemonia sem o concurso do intelectual, tem-se confirmada a natureza pedagógica das relações hegemônicas*”, defende Jesus. (Jesus, 1989, p. 73).

Partindo deste pressuposto (hegemonia como relação pedagógica), é possível argumentar que a grande mídia - “partido político” das elites, ou na acepção *togliattiana*¹⁶, “intelectual coletivo” dos grupos dominantes - desempenha nas sociedades contemporâneas um papel privilegiado de “educadora”, forjando consensos¹⁷ e hegemонizando sentidos, no intuito de preservar seu *status quo*.

Se exercem uma liderança política e ideológica (hegemonia) na sociedade civil, os meios de comunicação ocupam lugar central na luta de classes, sobretudo em países como o Brasil, onde os partidos políticos não têm a mesma capilaridade social, onde a política é muito individualizada (vota-se na pessoa e não no partido), deixando uma “lacuna” de representatividade muito bem ocupada pela mídia.¹⁸

Entender a grande mídia como espaço privilegiado da hegemonia do capital, como instrumento privado de dominação ideológica e cultural e como singular “educadora” do senso comum nos parece fundamental neste atual momento da política no Brasil, onde a rapidez com que a “certezas” têm sido destruídas pela concretude das lutas das/nas ruas, tem forçado os *mass media* a se “adaptar” também de maneira ligeira, o que acaba explicitando sua fragilidade em tempos de internet e redes sociais, onde a cobertura de um fato não está mais apenas nas mãos de um repórter de um canal de tevê/rádio.

Parece-nos paradigmático o papel do grupo *Midia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação)*, fundado em 2011, nas atuais manifestações em todo o país, notadamente nos grandes centros. O ativismo midiático-político do grupo, alicerçado na força e na amplitude das redes sociais, tem como forma de ação fundamental as transmissões dos fatos em fluxo de vídeo em tempo real, através da internet. Suas centenas de ativistas têm logrado grande destaque nos debates/coberturas sobre as *Jornadas de Junho*, sobretudo porque desnudaram o véu da neutralidade da grande mídia, divulgando para milhões de usuários de redes sociais no país, o que a

¹⁶ Referente ao militante comunista italiano, Palmiro Togliatti, companheiro fundamental de Gramsci.

¹⁷ É bastante sugestivo o título da densa e altamente qualificada obra de Francisco Fonseca (correspondendo à sua tese de doutoramento), *O Consenso Forjado*, onde o autor analisa o papel da grande imprensa brasileira (*O Globo, Folha, JB e Estadão*), no período de 1985/1992, na construção de consensos acerca da Agenda neoliberal, que enfatizou a esfera privada em detrimento da pública.

¹⁸ Na Itália, afirma Gramsci nos *Cadernos*, “*pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos*”. (Gramsci *apud* Moraes, 2009, p. 43)

imprensa “oficial” não mostra. O impacto da explicitação da “verdade”¹⁹ pelo *Midia Ninja* (bem como por todo indivíduo que tenha um celular com câmera à mão e faça parte de uma rede social), tem colocado na ordem do dia duas certezas: (i) não se pode negar o potencial das redes sociais nas coberturas – individuais ou coletivas – dos fatos sociais, em qualquer país; (ii) os meios de comunicação hegemônicos (e é necessário afirmar que, a despeito de tudo o que dissemos, ainda são hegemônicos!) têm tentado estratégias de inserção no “mundo das redes sociais”, sem saber ainda muito bem por onde seguir.

Colocar repórteres “anônimos” nas ruas, cobrindo o que ocorre para os grandes canais de tevê, por exemplo, é mais uma reação do que uma ação. A retaliação²⁰ cada vez maior aos representantes do chamado PIG (partido da imprensa golpista), tem forçado o *mainstream* midiático a novos movimentos/táticas, ao mesmo tempo em que volta e meia se veem obrigados a “pedir desculpas”, como o fez o jornalista Arnaldo Jabor, conservador colunista do *Jornal da Globo*, que taxou de vândalos²¹ os manifestantes que em todo o país lutavam pela redução da tarifa dos ônibus. Pouco tempo depois de vociferar contra as vozes que vinham das ruas de todo o país, o cineasta veio a público²² – sob pressão das ruas e de seus patrões, preocupados com a legitimidade de seu jornalismo – dizer que havia “errado”.

Não se pode deixar passar despercebido que este é um fato extremamente novo na vida social brasileira: os pedidos de desculpas, as autocríticas dos representantes dos grandes meios de comunicação, em questão de dias, após o início das manifestações, em junho deste ano. Impossível não lembrar do direito de resposta concedido à Leonel Brizola²³, pela Justiça, contra a Rede Globo, em 1994. Felizmente, hoje não é mais preciso uma decisão judicial para que os porta-vozes do poder midiático “corram” para suas telas, páginas e áudios para tentar manter o consenso que costuram diariamente, e que hoje vem sendo duramente questionado pelas ruas, em sintonia com as redes sociais²⁴. Todavia, é importante frisar que, a despeito de sua enorme força, as redes sociais não destituíram os monopólios de comunicação de seu lugar de dominância, tampouco foram as únicas responsáveis por articular/difundir demandas diversas. Como afirma Secco (2013, pp. 72-

¹⁹ A denúncia dos P2 (policiais à paisana) infiltrados nas manifestações de junho, no Rio de Janeiro, é um grande exemplo.

²⁰ Os gritos de “*a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura*”, presentes em diversas cidades do país, acaba de provocar seu maior “estrage”: no dia 31/08/2013, O GLOBO, jornal que apoiou abertamente o golpe civil-militar que derrubou *Jango* em 1964, soltou um editorial (bem diferente daquele publicizado em 1964, logo após o *putsch*) realizando uma “autocrítica” (extremamente oportunista e rasa em termos de análise) em relação à participação nos acontecimentos de 1964, dizendo que foi um erro o apoio à autointitulada Revolução de 1964.

²¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fdjw00-2nyo>

²² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DleWPclxFO0>

²³ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ObW0kYAXh-8>

²⁴ Aqui é importante frisar que não entendemos as redes sociais como “boas” ou “más” em si, mas como poderosas ferramentas da contemporaneidade que, ainda que controladas e monopolizadas por alguns grupos, permitem “pontos de fuga” poderosos, que em conjunturas de tensão social, aglutinam pessoas e difundem concepções de mundo, que ainda que heterogêneas, desafiam o *establishment* dos grandes meios de comunicação, uma vez que um simples blog ou página do *Facebook* pode atingir mais pessoas que a tiragem de um jornal de grande circulação. E muito mais rápido.

73), “apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A internet é ‘também’ um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela ‘inteligência’ dos governos”.

Este texto é escrito enquanto ocorre o sete de setembro de 2013 e suas comemorações, marcadas pelo enfrentamento do poder constituído com a voz das ruas. As datas históricas, cívicas, representam, como afirma Pierre Nora, importantes “lugares de memória”²⁵, onde sentidos diferentes entram em choque, objetivando forjar sínteses históricas à respeito de um determinado período, fato.

Mais uma vez, enfatizamos que é fundamental entender que nas Jornadas de Junho, mais do que disputas materiais, concretas, por direitos e pela retomada do caráter público da cidade, do espaço urbano, que “nos faz” enquanto indivíduos sociais²⁶ – sendo a retomada das praças (Taksim na Turquia, Tahrir no Egito, Sol na Espanha, Syntagma na Grécia, etc.) um elemento de extrema significância política – tivemos (e ainda temos) ferrenhas lutas simbólicas em torno do (s) significado (a) destes processos hodiernos. Como afirma Rolnik (2013, p. 10), “como em outros snapshots da guerra de significados, a ocupação da cidade foi disputada por diferentes sentidos”.

Após as reflexões aqui esboçadas, construídas na tessitura do real e no “calor” do momento, não consideramos receio demasiado recomendar olhares atentos para novos/velhos processos de revolução passiva e transformismo, em processo ou por vir, uma vez que estamos presenciando as maiores manifestações de massa de nossa breve e conflituosa história, manifestações que já forçaram os “tubarões brechtianos” da elite nacional a acenarem com a outorga de alguns “anéis” para se preservar os “dedos”.

Entendemos ser imprescindível que os cardumes de “peixinhos” formados a partir deste *junho rebelde* conformem uma robusta e organizada frente material e ideológica – a despeito de suas diferenças e desacordos - contra os tubarões, que se fosse homens, não hesitariam em de tempos em tempos mudar a aparência das coisas, para permanecer tudo como está. E se começamos com Brecht e Elicida, terminamos com este último, na defesa intransigente de que a História é sempre um campo aberto de possibilidades: “há sempre um mundo, apesar de já começado, há sempre um mundo pra gente fazer, um mundo não acabado, um mundo filho nosso”²⁷.

²⁵ Conceito elaborado pelo historiador francês Pierre Nora, que faz referência a lugares (edifícios, praças, cidades...), datas (comemorações, revoluções, golpes...) e objetos (livros, filmes, fotografias...).

²⁶ Afirma Harvey (2013, P. 31): “(...) e é aqui que a dialética retorna para nos assombrar: a cidade nos faz sob circunstâncias urbanas que não escolhemos”.

²⁷ *Milionário do sonho* (Elicida).

Referências

ALMEIDA, Jorge. Revista Compolítica, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011, pp. 120-132 (ISSN: 2236-4781).

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia Lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012 (Mundo do Trabalho).

_____. *Sob a sombra do precariado*. In.: MARICATO, Ermínia [ET AL.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, pp. 79-82.

CARSODO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Democracia e educação no pensamento de Florestan Fernandes*. Campinas, SP: Autores Associados, Niterói, RJ: EdUFF, 2005, pp. 7-40.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Notas sobre cidadania e modernidade*. In.: Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 – ISSN – 1807-698X, p. 21. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>.

_____. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Org. Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1975, pp. 1578-89.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a (vol. 3).

HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. In.: MARICATO, Ermínia [ET AL.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, pp. 27-34.

IASI, Mauro. Chile e a experiência do poder popular. Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/06/chile-e-a-experiencia-do-poder-popular/> Acesso em 07/09/2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAES, Denis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História da PUC-SP, nº.10, 1993, pp. 07-28.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

ROLNIK, Raquel. *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In.: MARICATO, Ermínia [ET AL.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, pp. 7-12.

SECCO, Lincoln. *As Jornadas de Junho*. In.: MARICATO, Ermínia [ET AL.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, pp. 71-78.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

ZIZEK, Slavoj. *Problemas no paraíso*. In.: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.